

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS E A EDUCAÇÃO PARA IGUALDADE RACIAL: um desafio político

Waldeci Ferreira Chagas¹

Geralmente quando conversamos com professores/as da educação básica sobre história e cultura afro-brasileira e africana, ouvimos destes a afirmativa de que não estão preparados/as para ensiná-los, e de não terem estudado esses conteúdos durante o curso de licenciatura na universidade.

Esse discurso recorrente entre professores/as têm nos instigado a refletirmos a formação desses profissionais, e por extensão sobre o nosso fazer enquanto professor de História em uma universidade pública; uma vez que as instituições de ensino superior também tem responsabilidade no processo de implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da escola da educação básica, pois são as responsáveis pela formação inicial de professores/as. Nesse sentido, as universidades têm à função de.

{...} elaborar uma pedagogia antiracista e antidiscriminatória e construir estratégias educacionais orientadas pelo princípio de igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos, bem como se posicionar formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação (Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, 2009, p.52).

Nosso propósito neste texto é discutir a experiência de formação continuada de professores/as na perspectiva da história e cultura afro-brasileira e africana. Trata-se de um fazer acadêmico decorrente do curso de extensão denominado: **“Cidadania e Identidades Negras nas Escolas: os conteúdos de história, cultura afro-brasileira e africana na sala de aula”**; desenvolvido no período 2010 junto aos professores/as da rede pública municipal da cidade de Alagoa Grande PB, o que se fez numa parceria entre a UEPB Campus de Guarabira e a Secretaria Municipal de Educação. O principal objetivo do projeto foi o de capacitá-los a implementar no currículo escolar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, conforme está demandado pela lei 10.639/2003. Do curso participaram professores/as das diversas áreas do conhecimento: Português, Matemática, História, Geografia, Inglês, Ciências, Ensino Religioso, Artes, Educação Física, Professores/as Polivalentes, além dos Gestores/as Escolar e Pedagogos/as. Esse curso fez parte da ação da UEPB Campus de Guarabira em prol da formação na perspectiva da educação para a igualdade racial, o que nessa instituição vem se discutindo e fazendo desde antes de 2003, visto que a primeira formação de professores/as na perspectiva da história e cultura afro-brasileira e africana promovida pela UEPB ocorreu em 2002. Tratou-se de um Curso Sequencial de História e Cultura Afro-brasileira e Africana destinado a professores/as da rede pública de ensino com atuação na região de Guarabira. Desse curso participaram cerca de 120 profissionais da educação das várias áreas do conhecimento e estudantes das licenciaturas em Geografia, História e Letras.

Portanto, há um fazer pedagógico, acadêmico e científico na UEPB Campus Guarabira que vem rompendo com o paradigma do eurocentrismo na formação e assim tem possibilitado aos estudantes dos cursos de Licenciaturas em Geografia, História, Letras e Pedagogia e aos profissionais em atuação no mercado de trabalho formação na perspectiva da educação para a igualdade racial, uma vez que para além dos cursos de extensão ofertados a comunidade acadêmica, desde 2000 foi incluída no currículo desses cursos de licenciatura

¹ Doutor em História pela UFPE, Professor Adjunto da UEPB, Campus de Guarabira, onde leciona História da África e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Integrante da equipe NEABI/Guarabira.

componentes curriculares que discutem sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, a exemplo de História da África, Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa, Educação Étnico-racial e etc.

Todavia, transcorridos mais de uma década de promulgação da lei 10.639/2003 que instituiu os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da escola de educação básica, os cursos de licenciaturas ainda mantém uma perspectiva de formação centrada no eurocentrismo. No entanto, por força da lei professores/as veteranos, assim como os recém-ingressos no mercado de trabalho devem ter acesso a uma formação que os possibilitem reflexões acerca dos conteúdos com que trabalham em sala de aula, de modo a instrumentalizá-los a construção de uma prática e de um currículo capaz de promover a educação para a igualdade racial. Mas nem sempre isso ocorre na escola.

O eurocentrismo ainda prevalente no currículo dos cursos de licenciaturas leva professores/a reivindicar formação específica sobre história e cultura afro-brasileira e africana; comportamento que não se verifica quando eles/as têm que ensinar qualquer outro conteúdo. Essa realidade à medida que nos instiga a refletirmos sobre a formação de professores/as aponta outra questão, que é de caráter político-social: o trabalho com história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula não se resume apenas a inclusão de conteúdos no currículo escolar, exige do/a professor/a tomada de decisão política, ou seja, identificação com essa história e cultura e uma constante reflexão sobre sua prática.

Logo, a formação continuada não pode ser concebida como uma ação acadêmica e extensionista capaz de preencher um vazio deixado pela formação inicial, ela deve ser entendida como processo permanente, portanto, necessário e contínuo, cujo propósito é possibilitar ao profissional da educação acompanhar as transformações que atingem a sociedade, a educação e a escola. A formação continuada deve ser um espaço de diálogo que garanta aos/as professores/as refletir sobre sua prática na relação com o contexto social, político, econômico e cultural em que ela se desenvolve. Nesse sentido, desde 2003 o currículo escolar assim como a prática desse profissional em sala de aula está em transformação, o que exige reflexão e ação permanentemente; processo instituído pela lei 10.639/2003.

Portanto, a prática docente assim como o currículo escolar deve ser transformada, de modo a contemplar o que essa lei obriga. Por que na escola nem sempre isso acontece a contento? Para um país formado por negros/as, brancos/as e indígenas as identidades étnico-raciais deveriam está consolidadas, mas não estão.

Logo, os/as professores/as, assim como alunos/as com quem lidam na escola também não reconhecem suas identidades étnicas, o que faz com que não se identifiquem com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, quando esses lhes dizem respeito e integram suas vidas, desde o que comem no que vestem no que acreditam no que dançam, na música que ouvem e nas marcas que carregam no corpo.

A África está no que são, mas nem todos/as a enxergam. Nesse sentido, o currículo escolar e a prática de professores/as em sala de aula só serão transformados se esse profissional se identificar e respeitar o conteúdo que escolher para ensinar aos seus alunos/as. Sobre essa questão Ferreira (2008) afirma que:

As transformações indicam que os processos formativos devem considerar a singularidade das situações de ensino, as novas competências e os novos saberes que o ofício profissional docente está a requerer neste milênio (FERREIRA, 2008, p. 224).

Em meio às transformações ocorridas na sociedade, novos paradigmas emergiram e evidenciaram que “o processo formativo por si só não assegura a efetiva preparação profissional do professor” (FERREIRA, 2008, p. 225). A obrigatoriedade de se ensinar os

conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana representa um novo paradigma para se pensar a escola e a educação, especialmente porque quebra a hegemonia eurocêntrica no modo de ser e fazer dessa instituição. Coloca-la em prática representa a efetivação de uma política de ação afirmativa relevante para as pessoas negras, principalmente porque seu propósito é promover a equidade racial no currículo, e, portanto, quebrar o mito da democracia racial, tarefa difícil aos/as professores/as.

Portanto, lidar com história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula exige o constante exercício de reflexão sobre a prática docente, de modo que promova a educação para a igualdade racial, o que requer desse profissional mudança de atitude no fazer em sala de aula, na construção de um currículo que respeite a diversidade que compõe a sociedade brasileira e, também a escola.

A efetivação dessa prática se desenvolve num processo permanente que envolve outras instituições além da escola; como a secretaria de educação e as universidades; ambas têm papel fundamental e efetivo nesse processo. As universidades, principalmente, haja vista ser a responsável direta pela formação inicial e continuada de professores/as.

Se em todo Brasil as universidades cumprissem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena, e possibilitassem formação inicial na perspectiva da educação étnico-racial evitaria que professores/as recém-formados ingressassem no mercado de trabalho sem conhecimento sobre esse conteúdo, e assim evitaria que posteriormente esses profissionais voltassem à universidade para formação continuada, o que implica um duplo investimento para o Estado e Municípios.

A lei 10.639/2003 e a Resolução 01/04 CNE aponta para a obrigatoriedade de inclusão da temática étnico-racial na formação inicial e continuada de professores/as. Ambas as formações são relevantes porque são as responsáveis pela melhoria da qualidade do desempenho dos/as alunos/as e da escola. Sobre essa questão Ferreira (2008) afirma que:

Na reestruturação educativa de vários países, os professores aparecem como agentes inovadores nos processos pedagógicos, curriculares e organizacionais, para a transformação da escola e dos sistemas escolares. Requer-se dele que sejam mais bem preparados para lidar com novas exigências curriculares, especialmente pelo desenvolvimento de competências e habilidades profissionais em novas condições e modalidades de trabalho (FERREIRA, 2008, p. 228).

No Brasil, a formação inicial de professores/as anda em descompasso com as demandas da escola da educação básica, principalmente no que diz respeito à temática étnico-racial, uma vez que os conteúdos que dizem respeito a essa perspectiva de educação nem sempre compõem o currículo dos cursos de Licenciatura. Há um distanciamento entre a formação e o que a realidade da escola exige. Os cursos de Licenciaturas precisam transformar seus currículos, de modo a atender as demandas exigidas pela realidade social. Acerca dessa questão Ferreira (2008) apud Libaneo (2003) alerta que na formação de professores/as:

Deve-se levar em conta um apanhado de estudos considerados no contexto social, econômico, político e cultural no qual ele está inserido, visto que o exercício profissional docente está sempre relacionado aos fins e as práticas do sistema escolar mais amplo e o contexto social. Nesse contexto, merece atenção os chamados “velhos problemas” em relação à formação de professores, que evidenciam desarticulações em diferentes níveis, sendo considerado como o mais preocupante deles, a desarticulação entre teoria e prática, entre o discurso e a ação, o que se configura de grande gravidade no tocante as questões raciais no Brasil (FERREIRA 2008, pp.228/229, apud LIBÂNEO, 2003).

A partir dessa problemática compreendemos a dificuldade dos/as professores/as em lidar com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, visto exigir reconhecimento, mudança no paradigma com que trabalha em sala de aula e compreensão do processo educativo, isso implica repensar o modo de fazer a escola no que diz respeito às práticas pedagógicas, a construção do currículo e as relações que os sujeitos cotidianamente vivenciam, uma vez que história e cultura afro-brasileira e africana não é a história do outro, mas diz respeito aos professores/as e aos estudantes; por isso, a identificação e pertença são relevantes; uma vez que nenhum professor/a trabalhará bem uma temática com a qual não se identifica e não a respeita como integrante de sua história e cultura.

Quando o assunto é história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, o fato de esse assunto ainda não integrá-lo, não é decorrente apenas da falta de formação dos docentes, mais decorre do descomprometimento político cultural das instituições formadoras.

Os/as professores/as como parte da sociedade foram educados pelas diversas instituições, a exemplo da escola, igreja e família a se distanciarem da matriz cultural afro-brasileira, desse modo aprenderam a vê-la como uma cultura menor, insignificante e sem valor e importância histórica. Eis a razão e o porquê de esses conteúdos nem sempre compõem o currículo da escola onde estudaram e hoje trabalham.

Portanto, a relação que professores/as têm com a história e cultura afro-brasileira e africana é de distanciamento, apesar de está tão próxima de todos/as, a começar pelas suas famílias, pois não há um/a brasileiro/a que não afirme ter um/a bisavô/ó, avô/á negro/a ou índio/a. Mesmo assim não se reconhece etnicamente e nem se identificam com as expressões e manifestações da cultura afro-brasileira presentes no seu cotidiano.

A obrigatoriedade de ensinar tais conteúdos os coloca num processo de descoberta e reconstrução de suas identidades étnico-raciais, por isso, professores/as afirmam não estarem preparados/as. Os que insistem nessa afirmativa ainda não se descobriram e não se reconhecem na história e cultura que têm a ensinar. Não é de conteúdos que necessitam, eles precisam urgentemente se reconhecer nesse sujeito denominado de o outro, e que o chamam negro/a.

A formação continuada na perspectiva da história e cultura afro-brasileira e africana deve se fazer no sentido de que construam um currículo crítico que lhes possibilitem a na prática em sala de aula valorizar e respeitar a cultura e o saber que os/as alunos/as possuem. A formação para a construção de um currículo crítico não pode se limitar a prescrever o que deve ser ensinado. Mas ser respeitoso com a realidade social e cultura da comunidade onde a escola está inserida.

{...} um currículo dessa natureza trabalha questões éticas, políticas, sociais, e não questões técnicas e instrumentais. Assume um pacto com a justiça social, no sentido de maximizar a igualdade econômica, social e educacional. O trabalho do professor-curriculista orientado por esses pressupostos nunca será neutro, mas perpassado por compromissos e imbuído de intencionalidade (FERREIRA, 2008, p.229 apud SILVA, 1990).

A dificuldade dos professores/as na lida com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula é decorrente da não reflexão sobre o currículo e sua prática. Visto no fazer cotidiano em sala de aula pouco relaciona os conteúdos ensinados com os contextos sociais, políticos e culturais onde ele/a, a escola e os estudantes estão inseridos e não compreender o ato de ensinar como uma prática social e política. Mas o considera uma questão meramente técnica para a qual se estar ou não preparado/a, o que se constitui um problema.

Acerca dessa questão Contreras (2002) reconhece que muitas das situações vividas por profissionais em sala de aula exigem deles ações espontâneas sem maiores reflexões, o que esse pesquisador chama de conhecimento profissional prático. No entanto, alerta que quando o conhecimento profissional prático é insuficiente para solucionar problemas, os/as professores/as devem refletir sobre sua prática e construir respostas para os problemas que ainda não de vir.

O desafio de implementar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo das escolas da educação básica no Brasil, exige dos/as professores/as constante reflexão sobre sua prática e mudança nas ações pedagógicas. Nesse sentido, valorizar a reflexão da prática é uma fonte de conhecimento para os/as professores/as. Quando refletem sobre sua prática constroem sua própria teoria, o que contribui para a sistematização de novos conhecimentos, isso por que:

{...} sua prática fica estável ou restritiva, seu conhecimento na prática se torna tácito e espontâneo. É esse conhecimento profissional que lhe permite confiar em sua especialização. Porém, à medida que os casos reflitam diferenças, ou lhe criem dúvidas {...} seu conhecimento profissional acumulado e tácito se mostra insuficiente para dar conta deste caso e são outros os recursos que irá utilizar. Necessita refletir, confrontar seu conhecimento prático com a situação para a qual o repertório disponível de caso não lhe proporciona uma resposta satisfatória (FERREIRA, 2008, p. 231 apud CONTRERAS, 2002).

Nesse sentido, descobrir-se e reconhecer-se nos saberes e fazeres afro-brasileiros e africanos trabalhados em sala de aula não depende individualmente dos/as professores/as, mas exige uma tomada de decisão da comunidade escolar, assim como da rede de ensino no sentido de que as práticas desenvolvidas na escola sejam inscritas como política pública. Assim a formação ao fazer parte desse processo, está fundamentada num currículo diverso.

Isso possibilitará que se efetive na escola a educação para a igualdade racial. Essa tarefa exige esforço e tomada de decisão política das secretarias de educação e das universidades públicas; principais instituições responsáveis pela formação continuada de professores/as. Exigem, portanto, políticas públicas de formação continuada, compreendida como processo contínuo e permanente onde os/as professores/as que a fizer não recorra à universidade para suprir deficiências, mas para dialogar com os seus pares em torno das questões contemporâneas, a exemplo da ascensão das identidades étnico-raciais e a emergência dessa nova realidade no cotidiano da escola.

Nesse sentido, a formação é o momento que possibilitará aos/as professores/as repensar, refazer o currículo escolar, as suas práticas pedagógicas, e rever o material didático cotidianamente utilizado em sala de aula, de modo que nas etapas do processo educativo sejam incluídos outros saberes, fazeres e abordagens.

Desde 2000 as instituições educacionais e professores/as de todos os níveis estão desafiados a desenvolver ações com vistas à implementação da lei 10.639/2003, ações pedagógicas e políticas. O curso de extensão **“Cidadania e Identidades Negras nas Escolas: os conteúdos de história, cultura afro-brasileira e africana na sala de aula”**; realizado pela UEPB, Campus Guarabira em parceria com a Secretaria de Educação do Município de Alagoa Grande faz parte desse processo, visto que é resultado do acúmulo de pesquisas realizadas pelos docentes e discentes da UEPB, sobretudo, no campo da história, antropologia, sociologia, literatura, educação e religião.

Logo, o que justifica a UEPB ter realizado este curso é o fato de ela está cumprindo o seu papel no processo de efetivação dessa lei, quando garantiu aos docentes da rede pública municipal de Alagoa Grande o acesso aos conteúdos de história e cultura afro-

brasileira e africana, na esperança de que eles (as) assumam o compromisso ético e político de aplicar tais conteúdos no currículo das escolas onde ensinam.

A realização deste curso ainda encontra justificativa nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e também no Plano Nacional de Implementação de tais diretrizes. Esse plano ratificou o que o Parecer CNE/CP 03 definira em 2004, quando definiu as IES como,

{...} fundamentais e responsáveis pela elaboração, execução e avaliação dos cursos e programas que oferecem, assim como de seus projetos institucionais, projetos pedagógicos dos cursos e planos de ensino articulados à temática étnico-racial (Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, 2009, p. 52).

Assim o curso de extensão **Cidadania e Identidades Negras nas Escolas: a implantação dos conteúdos de história, cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar** foi realizado conforme as exigências do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e se constituiu uma das ações principais estabelecida por tal plano, quando afirma que cabem as IES.

{...} fomentar o apoio técnico para a formação de professores (as) e outros (as) profissionais de ensino que atuam na escola da educação básica, considerando todos os níveis e modalidades de ensino, para a Educação das Relações Étnico-raciais (Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, 2009, p. 53).

Embora o Brasil seja internacionalmente conhecido por seu caráter pluri e multi cultural, ainda hoje a diversidade étnica dos (as) brasileiros (as) nem sempre é contemplada em sala de aula, apesar de a escola ser composta por negros, brancos e índios. Essa máxima da educação brasileira, desde outrora vem sendo questionada pela população negra, e no final da década de 1970 com a unificação dos movimentos sociais negros passou a ser mais efetivamente denunciada. Eis o porquê de a educação ter se constituído a razão de ser desses movimentos.

A proposta dos militantes negros era a de que os (as) brasileiros (as) tivessem acesso à história e cultura afro-brasileira e africana, e assim se constituíssem agentes de combate ao racismo, concebido como fruto da ignorância com relação à essa história e cultura. A perspectiva era vê-las nas salas de aulas e nos livros didáticos.

Os líderes negros acreditavam que se as pessoas negras e não negras conhecessem a história e cultura afro-brasileira e africana, outras relações e imagens de si e do outro seriam possíveis, haja vista, os africanos, assim como as pessoas negras no Brasil serem detentoras de uma história e cultura até então desconhecidas pela maioria da população, em função de ser desvalorizada pelo sistema escolar. Uma situação, um tanto contraditória, sobretudo, porque a cultura afro-brasileira é cotidianamente vivenciada nos becos e esquinas dos morros, subúrbios e arredores urbanos e rurais das cidades brasileiras. No entanto, como pode está ausente das escolas? A África e os africanos ao longo da história da humanidade enriqueceram outras culturas, mas suas histórias ainda não compõem os currículos de muitas escolas no Brasil, exceto quando se discute sobre a escravidão.

As pessoas negras no Brasil, desde a colônia são responsáveis pela construção das riquezas de que essa terra dispõe. No entanto, suas histórias e culturas são resumidas a escravidão, e juntamente com os africanos são apontados como incivilizados e cultura menor.

Neste universo multi, mas oficialmente homogeneizado pela cultura cristã, branca e ocidental as pessoas negras vivem e sofrem as mais diferentes formas de discriminação. Mais também resistem politicamente, visto que suas histórias são efetivamente marcadas pela resistência e afirmação da liberdade, e cidadania. Essa prática é denotativa de um processo educativo de si e do outro, sobretudo, porque novos paradigmas foram forjados, na perspectiva de levar os brancos a enxergarem as capacidades técnicas e intelectuais inerentes às pessoas negras. Também levou essas pessoas a não aceitarem a condição de submissão a que foram submetidas e a negar a ideia de que sua cultura era inferior. Logo, passaram a desencadear práticas de resistências e a trabalhar com a perspectiva de que outra sociedade é possível. Basta que as relações entre pessoas negras e não negras sejam transformadas.

No entanto, os gestores públicos nem sempre estão afeitos a ouvir as pessoas negras e reconhecer suas capacidades e habilidades. Por isso, os movimentos sociais negros passaram a investir na educação e acreditar nela como capaz de possibilitar aos diferentes sujeitos a construção de novas imagens de si e do outro, e por extensão novas relações sociais, fundamentadas no respeito às diferenças. Uma vez que as diferenças é a razão de ser do Brasil, ou seja, o que lhe possibilita despontar como nação.

Por isso, as ações educativas de combate e enfrentamento do racismo, desencadeadas pelos movimentos sociais negros, desde a década de 1970 passaram a revolucionar a educação brasileira, sobretudo, porque levaram as pessoas negras e não negras a mudarem as suas perspectivas de enxergar-se e enxergar o outro.

Mas só a partir de 2000, uma série de medidas jurídicas com poder de lei passou a incidir sobre as condições de vida das pessoas negras no Brasil, sobretudo, porque se passou a discutir e começaram a ser implantadas políticas de ações afirmativas para as populações negras nos diversos setores, a exemplo da saúde, educação, geração de renda, moradia, e emprego.

Essa medida provocou o debate na sociedade, principalmente porque outros referenciais passaram a ser elaborados, o que implicou na mudança de valores e práticas sociais, tanto dos grupos, quanto das instituições públicas e privadas, uma vez que passaram a adequar-se a nova realidade e desenvolver ações de valorização da cultura afro-brasileira e africana e assim colaborar com as políticas públicas de combate ao racismo.

Assim o curso de extensão **cidadania e identidades negras nas escolas: a implantação dos conteúdos de história, cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar**, é parte do processo de valorização das pessoas negras e de sua história e cultura, haja vista ser uma iniciativa de uma instituição pública no campo da educação étnico-racial cuja perspectiva fora capacitar docentes da educação básica a implantar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, formar cidadãos capazes de conviver e respeitar as diferenças étnicas que caracterizam o Brasil e assim combater o racismo.

Por isso, na metodologia utilizada procuramos captar/perceber a interação/relação dos docentes com a cultura afro-brasileira, atentando, sobretudo, para a presença dos elementos dessa cultura no cotidiano deles (as), ou seja, como lidam com tal cultura e que representações fazem ou possuem dela.

Não foi surpresa identificar o pouco ou nenhum conhecimento ou mais especificamente o preconceito da maioria, o que os impediam de enxergar-se em tal cultura e vê-la como referencial positivo a compreensão da história do Brasil. Ou crer na ideia de que a história do Brasil está intimamente entrelaçada à história e cultura das pessoas negras, e assim trabalhar com a perspectiva de que as práticas culturais dessas pessoas não podem continuar sendo negadas no cotidiano da sala de aula, mas devem ser incorporadas ao currículo escolar. Havia entre os docentes o questionamento de que a partir de então se iriam trabalhar unicamente com tal cultura. Entendia-se que haveria a substituição do currículo eurocêntrico por um currículo afrocentrico.

Poucos docentes compreendiam que implantar conteúdo no currículo não significava substituir uma perspectiva curricular por outra, mas tão somente incluir outras histórias e culturas, de modo a levar os estudantes a perceber que a história da humanidade é composta por diversas culturas que outrora estabeleceram relações em diferentes tempos e espaços.

Por isso, dividimos o curso em quatro módulos subsequentes: 1) História da África e das Populações Negras no Brasil; 2) Culturas Afro-brasileiras; 3) Religião e Religiosidades Afro-brasileiras; 4) Literaturas Afro-brasileiras. Cada módulo compôs de 32 horas/aula e mais a participação de quatro pessoas da comunidade local que vivenciam cotidianamente a cultura afro-brasileira.

Assim convidamos um capoeirista, uma mestra cirandeira e dois babalorixás, sendo um da umbanda e outro do candomblé. As aulas foram sempre marcadas pelo debate entre ministrantes e os docentes da educação básica, uma vez que nos pautamos teórico-metodologicamente na perspectiva da desconstrução das ideias e conceitos acerca da história e cultura afro-brasileira, e na construção de outros conceitos.

Os conteúdos expostos pelos (as) ministrantes de cada módulo contaram com a participação direta e efetiva dos docentes da educação básica que estavam fazendo o curso. Todos (as) participaram da discussão em torno do processo de inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar e à medida que as discussões ocorriam iam se capacitando a desconstrução do preconceito racial no cotidiano da sala de aula. Essa questão se fez necessária porque a cultura afro-brasileira está presente na formação da sociedade brasileira e nas suas diversas expressões, e manifestações artísticas e culturais. Assim todos (as) puderam perceber o papel da escola na construção e desconstrução do preconceito contra as pessoas negras e suas culturas e as consequências dessa realidade para a construção da identidade étnico-racial dos estudantes negros (as) e a ascensão da sua cidadania.

O curso contribuiu com os docentes da rede pública municipal de ensino de Alagoa Grande na superação do racismo e preconceito com relação à história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula, uma vez que além de alcançá-los, também contribuiu com os estudantes, os quais através das aulas ministradas pelos docentes cursistas passaram a acessar os conteúdos específicos sobre história e culturas afro-brasileiras e africanas. Além dos estudantes também podemos apontar as pessoas negras que expressam, e vivenciam cotidianamente tal cultura, uma vez que foram convidadas a no curso fazer palestra para os docentes e assim mostrar que essa cultura faz parte da formação de todos (as) brasileiros (as), não havendo razão para a exclusão dela na escola e a manutenção da discriminação. Tais pessoas, a exemplo do mestre de capoeira, a mestra cirandeira e os babalorixás convidados são detentores do saber tradicional que a escola não pode ignorar o que é importante no projeto de superação do racismo e de inclusão dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar.

Logo, essas pessoas, assim como outras existentes na comunidade se sentirão valorizadas e podem ser convidadas pelos docentes e gestores (as) escolares a colaborar no projeto de efetivação da lei 10.639/2003, uma vez que elas detêm um saber que é anterior ao saber escolar, e devem juntamente com os docentes trabalhar na superação do racismo e valorização das pessoas negras e suas expressões culturais.

Diretamente foram atendidas 109 docentes, os quais concluíram o curso, mas indiretamente foram atendidas 3.273 estudantes da educação básica, que através dos docentes passaram a ter acesso aos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana.

O curso de extensão **Cidadania e Identidades Negras nas Escolas: a implantação dos conteúdos de história, cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar** teve seus objetivos alcançados junto aos docentes da rede pública municipal de ensino

de Alagoa Grande, visto que os levou a mudar suas práticas cotidianas na sala de aula, uma vez que muitos no início se revelaram preconceituosos com a história e cultura afro-brasileira, sobretudo, com as religiões e religiosidades. No entanto, se colocaram dispostos a assumir outra postura, visto que o curso lhes proporcionou conhecimento.

Outra questão apontada pelos docentes foi quanto à revolução que o curso provocou nas suas práticas pedagógicas em sala de aula, uma vez que tiveram a oportunidade de perceber a história, as culturas e, sobretudo, a construção do conhecimento histórico por outro paradigma, qual seja o dos valores civilizatórios africanos. A partir deste paradigma as populações negras no Brasil não são meras colaboradoras da cultura brasileira como historicamente os docentes disseram ter aprendido, mas são construtores e detentores de histórias e culturas, haja vista o fato de que estão presentes na formação do Brasil desde o período colonial e permanecem na contemporaneidade inventando e reinventando a sociedade brasileira, a cultura, a economia e os valores. Nessa perspectiva a sala de aula passou a ser diversa não só porque os estudantes negros nela estão, mas porque os docentes começaram a rever o currículo com que trabalham e passaram a reinventá-lo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha, SOIHET, Rachel, e GONTIJO, Rebeca. (Orgs.) **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

BASTIDE, Roger. “Estereótipos de negros através da literatura brasileira”. In: **Estudos Afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FERREIRA, Cléa Maria da Silva. Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana: nova tendência, novos desafios para uma prática reflexiva. **Revista ACOALFaplp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa**, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Publicado em: setembro 2008.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. (Org.) **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica 2006.

FREITAS, Ivana Silva. **A cor da metáfora: o racismo no livro didático de Língua Portuguesa**. João Pessoa: UFPB, 2009. (Dissertação de Mestrado em Letras).

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita a história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro/Sumus, 2005.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/MEC, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) **Cultura em movimento**: matrizes africanas e ativismo negro. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NEVES, Joana. “A questão do negro no Brasil e no ensino de História”. In: **Revista do CCHLA**. João Pessoa: Editora da UFPB, n°. 03, novembro/1995.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Curitiba: Gráfica Popular, 2006.

RIBEIRO, Renilson Rosa. (Org.) **O negro em Folhas brancas**. Campinas: Unicamp, 2002.

RODRIGUES Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

SERRANO, Carlos & WALDMAN, Mauricio. **Memória d África**: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Org.). **Ética e cidadania nas escolas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2003.